



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em  
Saúde Coletiva  
Brasil

Matos Fonseca, Vania  
Aspectos da situação nutricional brasileira  
Ciência & Saúde Coletiva, vol. 19, núm. 5, mayo-, 2014, p. 1328  
Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63030588001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Aspectos da situação nutricional brasileira

A alimentação adequada constitui um direito social fundamental, porém os problemas nutricionais continuam a representar um desafio a ser transposto. Pesquisas afinadas com nosso momento histórico, capazes de avaliar o impacto de ações e programas e a situação nutricional das famílias brasileiras constituem-se em uma oportunidade de contribuição para correções de rumos; e podem influenciar processos decisórios que visem ações dos governos, sociedade civil e setor produtivo.

Este número especial da RCSC apresenta artigos capazes de traçar um panorama sobre questões atuais ligadas à nutrição em saúde pública. Os temas aqui tratados permeiam as diretrizes programáticas da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

O Programa Bolsa Família (PBF), proposta de transferência monetária de maior envergadura no mundo, criado para reduzir a fome no Brasil, trouxe diversas implicações sociais, econômicas e políticas. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional é o principal provedor de informações sobre a saúde das famílias beneficiadas, dado que a permanência no programa está vinculada ao cumprimento de algumas condicionalidades. Os trabalhos aqui publicados discutem a utilização, a cobertura e a efetividade do PBF.

No ano de 2011, o Ministério da Saúde lançou o Plano Nacional de Enfrentamento das DCNT, que visa ao desenvolvimento e à implementação de políticas públicas integradas, sustentáveis e baseadas em evidências para a prevenção e o controle das DCNT. O sobrepeso e a obesidade, problemas de saúde pública que atingem todas as faixas etárias e classes de rendimento, são considerados principais fatores de risco para estas patologias, e resultantes do estilo de vida sedentário, aumento do uso de gorduras saturadas, sal e açúcares. Menos de 1/4 da população possui consumo recomendado de frutas e hortaliças, o que reflete a baixa qualidade da dieta do brasileiro. Neste número são discutidos resultados de estudos sobre padrão alimentar, utilização de alimentos ricos em gordura, e a ingestão nacional excessiva de sal.

No Brasil, apesar da tendência declinante da desnutrição infantil atribuída ao aumento nos anos de estudo materno, cobertura de saneamento básico, assistência à saúde e poder aquisitivo das famílias, evidenciada na redução no déficit de altura em crianças menores de cinco anos, este desfecho persiste em crianças e famílias pertencentes a grupos sociais desfavorecidos em estudos aqui apresentados.

Outra diretriz da PNAN é avaliada na pesquisa sobre adesão à Alimentação Saudável, que se articula ao estímulo às ações intersetoriais, no caso entre a área de produção de alimentos, educação nutricional e atividade física, além do controle de propagandas de alimentos pouco saudáveis.

O tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) representado em seus vários aspectos e complexidades, ratifica a correlação entre os indicadores antropométricos, dietéticos e sociais, mas aprofunda questões importantes. A primeira, sobre o consumo de alimentos de qualidade, questionado tanto no artigo sobre comercialização da comida de rua, oportuno debate quando o Brasil se prepara para sediar eventos esportivos internacionais, quanto em relação às práticas alimentares saudáveis. A segunda, ainda mais tocante e grave, se refere ao trabalho sobre Insegurança Alimentar e Nutricional em Alagoas nos municípios com baixos Índices de Desenvolvimento Humano.

Nas últimas décadas, avanços foram alcançados no combate a pobreza e melhoria na SAN, com ações compensatórias ao nosso cenário de desigualdades regionais e sociais. Novos avanços requererão respostas mais resolutivas ao complexo processo de transição nutricional, atacando os determinantes dos agravos associados às carências e excessos alimentares. Para isso será necessária uma articulação maior entre o setor saúde, a educação e o desenvolvimento social para que atenda às novas demandas da população brasileira.

Vania Matos Fonseca

*Editora associada*